

Tirem as garras da Venezuela!



Manifestantes contra as eleições para a Assembleia Constituinte na Venezuela.

Numa altura em que a campanha mediática concertada contra a nação venezuelana e a sua soberania atinge os píncaros, reproduzimos uma análise de Angel Tubau (a publicar no semanário *Informations Ouvrières* do Partido Operário Independente, de França, nº 464, de 2 de Agosto de 2017), sobre o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte.

A 30 de Julho, realizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, convocadas no passado mês de Maio pelo governo de Nicolás Maduro, de acordo com as competências que lhe confere a Constituição actual, adoptada em 1999. Nicolás Maduro tinha proposto à chamada «oposição democrática» uma negociação para lhe permitir participar nestas eleições. O Governo tinha mesmo transferido um dos principais dirigentes da

oposição, Leopold López, da prisão para a sua residência para facilitar esta negociação. Mas «a oposição» recusou qualquer negociação e fez um apelo ao boicote das eleições pela força.

Com efeito, os órgãos de Comunicação internacionais – que, desde há meses, parecem ter como único objectivo derrubar o governo de Maduro – foram obrigados a mostrar a verdadeira face dos opositores que se manifestaram, extremamente organizados, com uma disciplina militar, e dotados de engenhos explosivos e de potentes armas de mão.

Cinicamente, os dirigentes opositoristas – apoiados pela Comunicação social internacional – falam de uma manifestação pacífica, mas na prática, organizam a violência. O antigo chefe do Governo espanhol, Felipe

González – conhecido pela sua amizade com Andrés Pérez, ex-presidente da Venezuela, que, em Fevereiro 1989, esmagou sangrentamente a revolta das cidades do país – ousou fazer um apelo ao Exército venezuelano para que este organizasse um golpe de Estado contra Nicolás Maduro. Parece que voltámos à época das colónias...

Tem estado a ser organizada a maior campanha internacional com o objectivo de derrubar Maduro; mas não se trata unicamente de uma campanha da Comunicação social. Desde Abril de 2013, data em que Maduro foi eleito, que foram implementadas as primeiras medidas de sabotagem económica contra a Venezuela.

Recordemos que, segundo o PNUD (Programa da ONU para o Desenvolvimento), nestes últimos anos o nível de pobreza da Venezuela tinha sido reduzido em dois terços, o analfabetismo em 90% e a assistência sanitária cobria 90% da população através de redes paralelas. O Governo também tinha organizado uma rede de supermercados para permitir que a população aceda aos produtos de primeira necessidade a baixos preços. É evidente que estas medidas – implementadas graças à utilização dos rendimentos da indústria petrolífera – eram insuportáveis para a oligarquia venezuelana e os seus comanditários, em particular os dos EUA.

Nestes últimos meses, a oligarquia – que mantém o seu controlo sobre as grandes cadeias de distribuição de mercadorias – organizou uma penúria completa dos medicamentos, das sementes agrícolas e dos alimentos.

Nestes últimos dias, as grandes companhias aéreas internacionais chegaram ao ponto de suspender os seus voos com destino a Caracas.

Apesar de tudo as eleições tiveram lugar

Um facto é evidente e incontestável: a imensa maioria das assembleias de voto estiveram abertas e 250 mil soldados e polícias vigiaram o desenrolar do acto eleitoral. Segundo a Comissão Nacional Eleitoral, a participação foi de 41,35%, o que corresponde a 8,1 milhões de votantes. Como é dito pelo jornal francês *Le Monde* (de 1 de Agosto): «*Nas circunscrições de forte concentração chavista, os eleitores votaram para preservar o direito aos programas sociais.*» Nos bairros mais abastados, os grupos paramilitares da oposição tinham bloqueado as assembleias de voto.

O governo de Maduro considerou que os resultados foram um sucesso e que a Assembleia Constituinte poderá reunir-se dentro de um mês.

Desde domingo à noite, diversos governos e instituições internacionais têm-se pronunciado a propósito destas eleições. Nikki Haley, Embaixadora dos EUA nas Nações Unidas, caracterizou o voto como um «*simulacro de eleição*» que desembocará numa ditadura. Os EUA reafirmaram as suas ameaças de sanções contra a economia venezuelana. O Departamento do Tesouro impôs, a 31 de Julho, sanções individuais contra o presidente Maduro, que se seguem a sanções já impostas contra treze funcionários do Governo venezuelano.

Vários governos da América Latina e da Europa declararam que não reconhecem estas eleições, como foi o caso do governo de Peña Nieto, do México, país onde tem havido um número de assassinatos (em consequência dos afrontamentos entre o Exército, os diversos corpos de polícia e

os traficantes de droga) equivalente ao do Iraque em guerra.

É também o caso de Santos, o presidente da Colômbia, onde os assassinatos dos dirigentes políticos e sindicais são quotidianos.

É ainda o caso do Governo espanhol – o Governo da Monarquia herdada de Franco, que recusa em Espanha o exercício dos direitos dos povos – mas se permite dar lições de democracia.

Outros governos são mais moderados. É o caso dos governos do Uruguai ou da República Dominicana. O Governo golpista brasileiro pediu a Maduro para não reunir a Constituinte e abrir negociações, enquanto outros governos (como os da Bolívia, da Nicarágua, de Cuba, do Equador e de São Salvador) reconhecem a legitimidade destas eleições.

E agora?

É completamente evidente que o objectivo da oligarquia venezuelana e da Administração dos EUA – apoiada por todos os governos sob a sua bota – é

derrubar o governo de Maduro, que elas não puderam impedir de organizar as eleições. Elas vão prosseguir a sabotagem económica, política e diplomática para tentar isolar o Governo venezuelano.

Porque não se trata somente da Venezuela. O que está em jogo para o imperialismo, para a Administração de Trump – atolada numa crise interna – é advertir todos os povos do continente, e também dos outros povos à escala internacional, que ninguém pode escapar às exigências do capital financeiro. A mínima medida de independência e de soberania nacional, tal como de controlo para colocar os recursos ao serviço da população, é incompatível com as necessidades da ordem imperialista. A batalha que está a ser travada actualmente na Venezuela respeita aos trabalhadores, às organizações operárias e populares de todo o mundo.

Não se trata dos erros ou das fraquezas de Maduro. Trata-se da possibilidade do povo venezuelano decidir livremente o seu destino.

Esta possibilidade não se discute.

*Angel Tubau
1 de Agosto de 2017*